

Conclusões, Ressalvas e Recomendações

O TCU é responsável por preparar o parecer sobre as Contas do Governo da República para julgamento do Congresso Nacional. O Relatório possui informações consolidadas sobre a conformidade e o desempenho das mais relevantes ações estatais em 2010.

Desempenho da Economia

O Brasil cresceu 7,5% em relação a 2009 e conseguiu se recuperar da crise financeira internacional, retornando sua produção a níveis superiores ao período pré-crise. Contudo, a inflação, medida pelo IPCA, cresceu em 2010, atingindo 5,91%.

Apesar do constante crescimento da economia do país desde 1900, o poder de compra do cidadão brasileiro ainda é inferior ao de muitos países da América Latina. A baixa taxa de investimento em relação ao PIB requer urgente melhoria da eficiência do gasto governamental – em 2010, apenas 9% da dotação orçamentária federal foi destinada a investimentos.

Análise da Receita

A arrecadação líquida das Receitas Correntes, no exercício de 2010, teve um aumento real de 8,40% em relação a 2009, atingindo o montante de R\$ 890 bilhões. O crescimento da arrecadação estatal a um ritmo superior ao da economia permitiu que a carga tributária brasileira aumentasse de 30,13% para 34,13% em relação ao PIB, entre 2000 e 2010.

A cada R\$ 100 de multas administrativas aplicadas, apenas R\$ 4,70 são arrecadados. A reduzida arrecadação de multas afeta de forma significativa a credibilidade do poder sancionador do Estado. O TCU recomendou providências tempestivas e irá acompanhar seus desdobramentos.

A renúncia de receitas tornou-se ao longo dos anos importante instrumento de políticas públicas. Seu montante (R\$ 143,9 bilhões em 2010) ultrapassa a soma dos orçamentos das políticas de saúde, educação e assistência. Entretanto, verifica-se ausência de indicadores, deficiência de prestação de contas e necessidade de melhor distribuição desses recursos entre as diversas regiões do país. A concentração desses recursos contribui para perpetuação de desigualdades regionais.

Análise da Despesa

Existem recorrentes, relevantes e sistêmicos problemas relacionados ao planejamento, à priorização e ao acompanhamento efetivo da execução do gasto público.

O processo de planejamento do governo não provê canal de comunicação eficiente de incentivo e conscientização à participação dos órgãos setoriais. Ademais, há dificuldade na definição das ações realmente prioritárias do Estado. Além de graves problemas no processo de construção de indicadores setoriais e de seu monitoramento.

Recomenda-se ao Poder Executivo que priorize a execução das ações identificadas como prioritárias frente às demais ações discricionárias. O TCU também acompanhará as ações de melhoria do sistema de planejamento federal.

No que tange à execução orçamentária, o montante de restos a pagar quase triplicou nos últimos cinco anos, atingindo o valor R\$ 129 bilhões em 2010, demonstrando desequilíbrio entre alocação anual de recursos na lei orçamentária com a realidade da execução dos programas governamentais.

Ação Setorial do Governo

O TCU analisou as 29 funções do governo, identificando o nível de execução orçamentária, assim como o desempenho dos indicadores previstos para os diversos programas governamentais, das quais destacam-se:

O Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) consolidou-se como principal iniciativa de fomento ao investimento pelo governo. Ao longo dos quatro anos de duração do programa, o TCU constatou que o principal problema de monitoramento das ações do PAC é gerado pela ausência de informações sistematizadas. Devido a imprecisões metodológicas nos conceitos de alguns investimentos realizados pelo programa, os montantes de investimentos em infraestrutura declarados pelo programa estão superestimados em diversos segmentos.

As análises efetuadas pelo TCU na função Saúde revelam urgente necessidade de melhoria da gestão no SUS. Há graves problemas de controle, de responsabilização, de coordenação e de gestão dos recursos que serão acompanhados pelo TCU. As análises demonstraram que os recursos financeiros aplicados na Saúde da Família têm surtido efeito positivo na melhoria das condições de saúde da população.

A avaliação da função educação aponta que a maior parte dos recursos federais é destinada ao ensino superior. Entretanto, é possível notar o crescimento da relevância dos gastos com educação básica ao longo do tempo. Foi constatado pelo Tribunal que há necessidade de políticas públicas mais eficazes na promoção da equidade regional relativa ao ensino superior.

No que tange à função Ciência e Tecnologia (C&T), verifica-se que, apesar do crescimento dos investimentos em P&D em relação ao PIB, a taxa brasileira ainda é consideravelmente baixa quando comparada a outros países. Os gastos tributários são cada vez mais relevantes para C&T, superando os recursos orçamentários executados na função. As auditorias do TCU revelam deficiência e precariedade dos controles internos e do processo de prestação de contas da gestão desses recursos, além da concentração desses gastos tributários da região Sudeste.

Por fim, a política de desenvolvimento regional revelou graves problemas de planejamento e execução, que serão monitorados pelo TCU como tema de maior significância

Análise das Demonstrações Contábeis da União

O TCU, único órgão da administração federal que emite um parecer independente sobre a conformidade da contabilidade pública, verificou que o Balanço Geral da União representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro de 2010, exceto pelas ressalvas detalhadas na versão completa do Relatório.

Mobilidade Urbana

O desolador panorama da mobilidade urbana na maior parte das grandes cidades brasileiras tem como características o crescimento desordenado dos municípios, a desarticulação entre planejamento urbano e planejamento de transporte, e o crescente uso do transporte individual motorizado.

A solução da questão passa pela maior atuação do governo federal, que deve atuar como indutor de melhoria do planejamento municipal. Observa-se, no entanto, que as intervenções federais estão sendo aprovadas sem delineamento preciso da situação existente no país e sem análise adequada dos projetos financiados. O TCU recomendou e irá acompanhar as ações de melhoria dos diagnósticos e do planejamento das políticas públicas e a definição de ação para induzir e apoiar a melhoria e a integração dos planejamentos dos municípios concernentes à mobilidade.

Atuação das Agências Reguladoras com Foco no Usuário do Serviço Público

O crescimento do número de usuários dos serviços regulados veio acompanhado de aumentos relativos ao número de denúncias e reclamações contra todas as prestadoras desses serviços. O TCU constatou que, apesar de as agências reguladoras possuírem mecanismos aptos a captar expectativas e anseios dos usuários, essas manifestações são insuficientemente consideradas nos processos finalísticos de regulamentação e fiscalização dos serviços regulados.

O TCU acompanhará as determinações feitas à Anatel, Anac, Aneel e ANP para que elaborem planos de ação para reverter o contínuo aumento do número de denúncias e reclamações por usuário dos serviços regulados.

O TCU irá monitorar as recomendações e determinações levantadas no Relatório das Contas do Governo da República - Exercício de 2010, realizando ações de controle necessárias para promover maior transparência, garantir a accountability e induzir a melhoria da atuação dos agentes públicos, em auxílio ao Controle Externo exercido pelo Congresso Nacional, visando a boa e a regular aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade brasileira.